

Bancos reescalonom um terço da dívida brasileira

omia

segunda-feira, 3/3/86 □ 1º caderno □ 19

Washington — Foram concluídas com sucesso em Nova Iorque as negociações do governo brasileiro com seus credores estrangeiros para o reescalonamento da dívida externa e a extensão de linhas de financiamento interbancário e de exportações, anunciou William Rhodes, presidente do comitê de assessoramento dos bancos credores. A conclusão da negociação é uma vitória para o governo Sarney na medida em que conseguiu o reescalonamento e redução dos juros sem ir ao FMI, como os bancos credores haviam exigido inicialmente. A redução na taxa de risco cobrada pelos bancos — conhecida como **spread** — para 1,125 acima da taxa interbancária de Londres, significa uma economia de aproximadamente 170 milhões de dólares para o país, somente neste ano.

Segundo William Rhodes, os termos mais favoráveis conseguidos nessa rodada de negociações refletem os avanços do Brasil no setor externo de sua economia: o país conseguiu registrar um superávit de 12,4 bilhões de dólares em sua balança comercial em 1985 e 13,1 bilhões em 1984. Rhodes acrescentou que graças ao sucesso das exportações brasileiras e ao grande esforço para limitar suas importações, o Brasil conseguiu sair de uma posição extremamente vulnerável em 1983, quando os cofres do Banco Central estavam literalmente vazios, para a situação muito mais folgada de agora, já que o país conta com aproximadamente 9 bilhões de dólares de reservas.

O acordo anunciado em Nova Iorque foi negociado pelo diretor da Área Externa do Banco Central, Antônio de Pádua Seixas. Ele não abrange todos os 66 bilhões de dólares da dívida pública e privada brasileira com bancos particulares estrangeiros mas apenas 6,1 bilhões de dólares vencidos em 1985, 9 bilhões de dólares que vencerão em 1986 e 15,5 bilhões de dólares de linhas de crédito comercial e interbancário. Por causa disso, o acordo é considerado uma ponte, isto é, uma medida interina até que se negocie o reescalonamento de toda a dívida. O início das negociações para um acordo plurianual mais amplo ainda não foi marcado mas fontes brasileiras dizem que vai ocorrer no fim de 1986.

Os montantes da dívida vencidos em 1985 foram adiados por sete anos, devendo começar a ser pagos em janeiro de 1991 e estar totalmente amortizados até 15 de março de 1993. Quanto aos vencimentos em 1986, o mesmo esquema montado para 1983, 1984 e 1985 será usado: apenas os juros serão pagos, o principal ficará retido no Banco Central e seu uso pelos bancos estrangeiros ficará sujeito às próximas negociações.

No que diz respeito às linhas de crédito comercial e interbancário de 15,5 bilhões de dólares, os bancos credores deverão mantê-las abertas por mais um ano.

O acordo foi negociado pela equipe brasileira com os membros do comitê assessor, que representam 12 grandes bancos credores: Citibank, Chase Manhattan, Banker's Trust, Bank of America, Morgan, Chemical Bank e Manufacturer's Hannover, dos Estados Unidos, o Lloyd's Bank, da Inglaterra, Arab Banking Corporation, da Arábia Saudita, o Bank of Montreal, do Canadá, Bank of Tokio, do Japão, Deutsch Bank, da Alemanha Federal e a União de Bancos da Suíça. Os termos do acordo serão agora enviados pelo comitê assessor a cerca de 700 bancos credores do Brasil e calcula-se que os contratos respectivos sejam aceitos e estejam prontos para assinatura numa cerimônia em Nova Iorque no início de junho.

Embora um representante dos bancos tivesse afirmado ao JORNAL DO BRASIL que o anúncio do **pacote** de combate à inflação pelo presidente Sarney na semana passada não teve nenhum impacto nas negociações, a verdade é que elas estavam empacadas havia vários dias e só foram concluídas após uma nova maratona de consultas intensas no sábado.

Os negociadores brasileiros demonstravam entusiasmo com o acordo porque ele marcou a primeira redução de juros para um grande devedor que se recusou a submeter-se ao FMI. Um deles afirmou que na próxima rodada de negociações, o Brasil deverá pedir ainda mais concessões de seus credores.

Um banqueiro que falou ao JORNAL DO BRASIL, com a condição de que sua identidade não fosse revelada, reconheceu que a situação brasileira deu uma virada para melhor e, se essa tendência continuar, será difícil resistir às exigências de seus credores.

Analistas dos bancos dizem que, de repente, tudo o que conspirava contra agora facilita a vida do Brasil: preços do petróleo e juros, distanciamento em relação aos demais devedores com a acumulação de reservas, sucesso na balança comercial e, a partir da semana passada, eliminação da última coisa que ainda nos preocupava: a indiferença em relação à inflação.

Esses mesmos analistas prevêm que, diante desse quadro favorável, substanciais recursos mantidos no mercado financeiro passarão a ser aplicados em investimentos produtivos no Brasil.